

## UMA VISÃO SOBRE 32

Célio DEBES

Para que melhor se possam entender as razões que motivaram a Revolução de 32, é proveitoso que se faça um retrospecto histórico.

A partir de meados do século passado, inicia-se uma profunda alteração no eixo econômico do Império. Batida pela concorrência internacional, entra em declínio a agro-indústria açucareira do Nordeste. Na mesma época, se desenvolve na região Sudeste, com predominância em São Paulo, a cafeicultura. Dessa forma, o açúcar deixa de ser o produto predominante nas exportações brasileiras, cedendo passo ao café.

Conscientes da transformação que se processava, os fazendeiros paulistas vão, paulatinamente, substituindo a mão de obra escrava pela livre e assalariada, incentivando a imigração européia. Ao mesmo tempo, procuram melhorar os meios e as vias de transportes, de modo a facilitar e baratear o escoamento de sua produção, do que resulta a construção de estradas de ferro, mediante o levantamento de capitais nacionais e privados. Isto, ainda sob o Império. Na República, com a disseminação do uso do automóvel e do caminhão, é implantado o pioneiro plano rodoviário estadual - concebido como auxiliar das ferrovias, num sistema integrado de transportes. Tendo a Capital por vértice, cinco estradas a ligavam ao porto de Santos e às divisas de cada qual dos quatro Estados limítrofes.

Consolidada a situação econômica, já no novo regime, os paulistas partem para o aperfeiçoamento da administração e das instituições públicas. A Justiça passa a ser provida por magistrados selecionados através de concurso público; a Polícia de carreira é implantada, reservando-se a bacharéis em Direito, o exercício dos cargos respectivos, eliminando-se os inconvenientes de seu provimento por leigos, tão ao gosto do "coronelato" político. A Força Pública, até aos primeiros anos do século, despida de caráter profissional, ganha instrução militar rígida, ministrada por missão estrangeira.

Tal iniciativa não só protegia os interesses da oligarquia, como garantia, com mais eficiência, a segurança pública.

A Capital e várias cidades se modernizam. As comodidades do progresso, levam à adoção de medidas higiênicas, com a canalização e o tratamento da água potável, bem como com a instalação de redes de esgoto. Do mesmo modo, cuidou-se da saúde pública. A eletricidade vai ganhando espaço, substituindo o gás, na iluminação pública e particular. O transporte público, através do bonde, posterga a tração animal em favor da elétrica. O telefone se expande, surgindo, inclusive, as ligações interurbanas.

A indústria se implanta, tímida e precariamente, até que, com a deflagração da primeira grande guerra (1914-1918), e a conseqüente suspensão das importações, se vai firmando, e, mesmo, várias fábricas logram consolidar-se.

A educação não é descuidada. Criam-se Escolas Normais, pelo interior, nos moldes das duas existentes na Capital - a Caetano de Campos e a do Brás - seguidas da instalação de grupos escolares e de ginásios. Implantou-se, ainda que sem a continuidade desejada, o ensino primário, público, obrigatório e gratuito.

Eram marcas, evidentes, de progresso civilizador!

Sendo o café a base maior do comércio exterior brasileiro, sua defesa se transforma na grande preocupação nacional. Era dele, em essência, que dependia a balança comercial do país, importador da quase totalidade dos manufaturados que consumia. A medida, porém, como é óbvio, favorecia São Paulo, assim como aos demais Estados cafeeiros, despertando, contra o primeiro a prevenção dos não produtores...

Tornava-se notório que São Paulo se destacava, na Federação. As administrações do Estado, a despeito das diferenças de mentalidade entre seus dirigentes, mantinham uma linha coerente de crescimento, sob a tutela do Partido Republicano Paulista, que exercia um como que poder moderador, inobstante os desencontros entre seus mentores. A discricção dos próceres do P.R.P., que, no geral, abafavam as rusgas geradas em seu seio, dava à agremiação a aparência de bloco monolítico. Com isto, São Paulo, graças a seu peso econômico, ganhou projeção invejável, no seio da União. O prestígio político do Partido, porém, datava dos tempos da monarquia. Tratava-se da única facção desse credo que, antes da queda do Império, tivera existência profícua. Além de manter, desde sua fundação (1872), em quase todas as legislaturas, deputados provinciais, só ela logrou eleger representantes ao Parlamento Imperial! Ademais disso, haviam saído de São Paulo os três

primeiros Presidentes civis da República. Dois deles, com militância efetiva, na pregação dos ideais republicanos, e, exatamente por esta razão, capacitados, doutrinariamente, a implantar o novo regime. A um deles tocara, em grande parte, a estruturação jurídica da República nascente e, ao outro, a direção da Constituinte de 91!

Havia, notoriamente, diferença entre São Paulo e a maioria das demais unidades da Federação, e, mesmo, no tocante à esfera federal. E, esta realidade, atraía-lhe a antipatia dos demais...

A convergência de interesses, levou São Paulo a selar aliança com Minas, gerando a chamada **política café com leite**, em que paulistas faziam predominar os aspectos econômico-financeiros, enquanto os mineiros buscavam os cargos públicos - na interpretação de historiador das Alterosas\*. Esse pacto acarretou aos primeiros, porém, um afastamento da Presidência da República por contados quatro lustros seguidos (1906-1926).

A conquista da chefia do Governo, após a turbulência decorrente da I Guerra Mundial, se operou quando a economia nacional, como, de resto, a da totalidade, praticamente, dos países, estava abalada. A flutuação do câmbio, com oscilações repentinas, para baixo ou para cima, acarretava prejuízos quer no plano interno, quer no externo, gerando a instabilidade monetária, que arruinava, tanto a fortuna particular, quanto as finanças públicas. Ainda que o mal fosse endêmico, afligindo a Nação desde a Independência, cumpria pôr-lhe paradeiro. Neste sentido, pois, é que se arquiteta o plano da Administração empossada em 1926.

Toda a política de regeneração financeira, divide a sociedade. Um dos primeiros a se colocar contra o programa do Governo Federal foi o, então, Presidente do Estado de Minas Gerais, ainda que não o fizesse ostensivamente.

Atormentavam o país, paralelamente, insurreições armadas, uma das quais, que se iniciara em 1924, convertendo-se no que se convencionou denominar Coluna Prestes, chegara, por esta altura, a seu término, com os rebeldes se internando em países limítrofes. Este epílogo, propiciou a extinção da sucessiva e longa imposição do estado de sítio, vigorante desde as duas últimas presidências da República. Cessada a campanha militar, surge outra, a da anistia aos insurretos. Diante deste movimento, faz-se tábula rasa da iniciativa oficial, visando ao restabelecimento da normalidade

(\*) Anibal Viana Martins Filho, **A Economia Política do Café com Leite (1900-1930)**, Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, 1981.

da situação interna, libertando os civis e militares que, em razão do regime de exceção, se achavam encarcerados abusivamente.

Engrossando o movimento pró anistia, alinhava-se a corrente libertadora do Rio Grande do Sul, cujo chefe voltara do exílio e se elegera deputado federal. Tratava-se de ferrenho adversário do Partido Republicano Riograndense, há longos anos detentor do poder no Estado, e, declaradamente, o líder civil da insurreição!

Por essa altura, em São Paulo, se funda o Partido Democrático, formado, em grande parte, por egressos do P.R.P., com o propósito de combater a situação dominante. Não tardou que se aproximasse dos opositoristas gaúchos.

Este era o cenário, quando, em meados de 1929, desencadeia-se o processo sucessório, tendo por alvo a Presidência da República.

Candidato manifesto ao cargo, era o Presidente do Estado de Minas. Sendo a reforma financeira o alvo principal a ser atingido, cuja consecução exigia continuidade administrativa, evidentemente, não era o seu o nome indicado para a sucessão, dada sua posição hostil a ele. A debacle da Bolsa de Nova York, ocorrida no mesmo ano, abalou o programa em curso. Mais do que antes, para ampara-lo e dar-lhe seqüência, impunha-se que a chefia da Nação coubesse a alguém com ele afinado. No quadro político de então, tudo apontava para o Presidente do Estado de São Paulo.

Frustrado em suas pretensões, o Presidente de Minas alia-se ao do Rio Grande do Sul, ex-integrante do Ministério do Governo a ser sucedido, fazendo dele candidato da oposição, num jogo de dissimulação e de enganadores protestos de lealdade ao chefe da Nação.

Assim, a disputa se fere entre dois dirigentes estaduais, com a vitória do paulista. O inconformismo com o resultado das eleições, leva os derrotados a urdirem a revolução, que encontra pretexto, para seu desencadeamento, no assassinato do candidato à Vice-Presidência da chapa vencida. Questão de honra, motivara o homicídio. Nada tinha a ver com o pleito. Surgira, porém, o martir e a agitação ganha corpo no seio da massa. A carestia, decorrente das dificuldades econômicas, atribuídas ao plano financeiro, desempenhou papel significativo na formação da opinião pública.

Eclode a revolução, no quarto trimestre de 30. Da mesma forma como agira durante a disputa eleitoral, o grupo paulista de oposição empresta seu apoio ao movimento bélico. Vencida a investida militar, tinha ele por seguro caberem-lhe as rédeas da administração estadual.

Ledo engano. Ao invés de assumir o governo do Estado, em sua plenitude, organiza um secretariado, deixando em aberto sua chefia. Com o futuro ditador, vinham do sul dois militares, de destaque, disputando o cargo. E, a um deles, coube a interventoria em São Paulo... Com o correr do tempo, os democráticos são alijados e passam, mesmo, a ser perseguidos.

São Paulo tornara-se presa de guerra... O opróbrio feria os sentimentos altivos do povo, da população. Sim, a sensibilidade e os brios dos Paulistas, naqueles idos, guiados por sentimento cívico, que o tempo fez esmaecer, deixando, apenas tênues resquícios, estava vivo e atuante. Em todas as camadas sociais, a indignação com os vexames, que lhes feriam os sentimentos mais caros, deixava suas marcas, causadas pelos desmandos da ditadura que se implantara.

Assim, quando em 9 de julho, é desencadeada a Revolução Constitucionalista, com a união de perreperistas e democráticos, formando uma **frente única**, o brado de insubmissão se propaga, como a manifestação da esperança geral, no restabelecimento da dignidade e do antigo prestígio de São Paulo, avassalando a sociedade paulista como um todo.

No combate ao movimento, o engodo é a arma preferida dos adeptos da ditadura, no intuito de arregimentar forças contra São Paulo. Os *objetivos dos insurgentes eram, na versão ditatorial, o separatismo, e, seus mentores, estrangeiros radicados no Estado!*...

A luta pela Constituição é sufocada, após cerca de três meses de empenho. De todo esse esforço, três aspectos se destacam.

Os objetivos políticos, sob a legenda da reconstitucionalização do Brasil, inflamando multidões, lograram êxito, ainda que efêmero, pois, em 34, a Constituinte e sua obra abriram o caminho para o golfe de 37.

Pelas armas, a derrota mostrou a fragilidade da orientação militar, inobstante a grande capacidade de mobilização bélica, com a fabricação de armas, a blindagem dos trens, a produção dos capacetes de aço - símbolos da luta **pola lei e pola grei** - e dos simuladores de tiros, diante da angustia de munição, já que o bloqueio a São Paulo impedia a realimentação dos paióis.

De todos os aspectos em que se desdobra a epopéia de 32, o mais eloqüente, o que mais impressiona o observador isento, é a arregimentação cívica, é o civismo demonstrado pela gente Paulista. Manifestação uníssona e unânime, de uma coletividade cônica do valor e do sentimento grandiosos de suas tradições, consciência esta que se vai esvaindo, por obra das agruras porque tem passado a Nação, principalmente no plano educacional.

Sintetizando.

Em 30, o que se objetivou, e a ingenuidade de alguns não alcançou, foi a quebra do prestígio de São Paulo. Foi seu aniquilamento político, já que o econômico fugia à capacidade de seus inimigos. E se conseguiu.

Em 32, o que se buscou, sem êxito, foi dar perenidade àquele valor e àquela dignidade altaneira e legítima de um Estado que, sempre, tem sido o sustentáculo da Nação. Em vão, porém, os Paulistas deram, então, lições de heroísmo e de despreendimento...

O golpe sofrido foi profundo, as perdas humanas e materiais de vulto. Deste sacrifício, restou uma lição. A de que São Paulo tem um passado recente digno, honroso, que não pode ser esquecido e, muito menos, ignorado. 9 de Julho redivivo, ano a ano, é o toque à consciência dos Paulistas, para esta realidade.

A propósito, é oportuno lembrar as ponderações de um pensador contemporâneo, ao analisar a conturbada situação do País, diante dos embates internacionais em que se acha envolvido.

“Como construir um projeto de Nação, quando a nação não tem consciência de tal, porque desconhece o seu passado? (...) Como construir um projeto de Nação, quando ninguém tem pioneiros a lembrar, quando os poetas não os cantam e os intelectuais preferem ver nos governantes passados, apenas os defeitos humanos, desprezando suas qualidades de estadistas com visão de destino”\*\*.

A Nação, na realidade, como é sabido, é a soma dos sentimentos e dos ideais de seus filhos, dispersos pelas múltiplas parcelas que integram seu território. Para que o Brasil se torne uma Nação, na exata acepção do termo, é imperioso que em cada canto de seu solo, o indivíduo nele nascido sinta orgulho de seu torrão e do passado nele vivido.

E, para que São Paulo se integre, conscientemente, nesta empreitada, o que cumpre levar a efeito é a restauração do sentimento cívico Paulista, não o malevolamente alardeado bairrismo, antipático e retrogrado, mas, o vigoroso apego à terra, às suas tradições e a seus valores, que, em última análise são o substrato da cidadania.

---

(\*\*) Oliveiros S. Ferreira, "O projeto nacional", **O Estado de S. Paulo**, 19 de junho de 1995, p. 4.